

Superior Tribunal de Justiça

HABEAS CORPUS Nº 520.123 - GO (2019/0196116-4)

RELATOR : **MINISTRO SEBASTIÃO REIS JÚNIOR**
IMPETRANTE : ROSANGELA DE SOUZA SILVA E OUTROS
ADVOGADOS : ROSÂNGELA DE SOUZA SILVA - DF056115
EDNA TRINDADE LUSTOSA - DF056150
ANTONIO RAIMUNDO GONÇALVES DA CUNHA -
DF056458
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE GOIÁS
PACIENTE : J C V (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE GOIÁS

EMENTA

HABEAS CORPUS. ESTUPRO DE VULNERÁVEL. PRISÃO PREVENTIVA. INSTRUÇÃO DEFICIENTE. IMPERIOSIDADE DA PROVA PRÉ-CONSTITUÍDA.

Writ não conhecido.

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido liminar, impetrado contra o acórdão do Tribunal de Justiça de Goiás que conheceu parcialmente do HC n. 5278195.40.2019.8.09.0000 e, na parte conhecida, denegou a ordem mantendo a custódia cautelar de **J C V** – denunciado pela prática, em tese, do crime descrito no art. 217 - A, *caput*, do Código Penal (Processo n. 201900021328). O acórdão tem esta ementa (fl. 171):

ESTUPRO DE VULNERÁVEL. TESE DE AUSÊNCIA DE MATERIALIDADE. VIA ELEITA INADEQUADA. NÃO CONHECIMENTO. 1. A via estreita do Habeas Corpus, por ser de rito célere, é imprópria para dilação de provas quanto à alegação de negativa de autoria e ausência de prova material. PRISÃO PREVENTIVA. REQUISITOS AUTORIZADORES. CAUTELARES DIVERSAS INSUFICIENTES. 2. A decisão constritiva da liberdade do paciente encontra-se satisfatoriamente fundamentada, exarada em observância aos requisitos da medida extrema (artigos 312 e 313 do CPP), e a gravidade concreta da conduta imputada ao agente, aliada a sua periculosidade, são elementos capazes de manter o decreto preventivo para a garantia da ordem pública e conveniência da instrução criminal, mostrando-se inviável a revogação da medida extrema fundamentadamente imposta, sobretudo por insuficientes a aplicação de medidas cautelares diversas da prisão. PREDICADOS OSTENTADOS PELO PACIENTE. IRRELEVÂNCIA. 3. Atributos pessoais como primariedade, bons antecedentes, ocupação laboral lícita e residência fixa, ainda que comprovados, não têm o condão de garantir, por si sós, a revogação da prisão preventiva, mormente quando se visualizar a presença de seus requisitos autorizadores, como no caso vertente, em que a segregação encontra-se regularmente fundamentada nos elementos necessários para o seu decreto.

Superior Tribunal de Justiça

ORDEM PARCIALMENTE CONHECIDA E DENEGADA.

Sustenta o impetrante, em suma, a ocorrência de constrangimento ilegal consistente na decretação da prisão preventiva em desfavor do paciente, ao argumento de que estariam ausentes os indícios de autoria e prova da materialidade delitiva, *uma vez que, com base no laudo pericial de f. 21/v-22/v, não é possível nem afirmar, nem negar a prática sexual delituosa, e, no tocante à perícia de f. 23-25, esta aponta no sentido de uma mera probabilidade, mas não permite um juízo de certeza, tanto que os ilustres peritos requereram exames complementares, fazendo presumir a presença de dúvida que só pode ser sanada mediante a complementação da prova* (fl. 10).

Alega, ainda, falta de fundamentação idônea a amparar a custódia cautelar, reputando não atendidos os requisitos previstos no art. 312, *caput*, do Código de Processo Penal.

Invoca, por fim, o princípio constitucional da presunção de inocência e as condições pessoais favoráveis do paciente.

Requer, assim, a revogação do decreto ou a aplicação de medidas cautelares diversas da prisão.

A liminar foi indeferida pela Ministra Maria Thereza de Assis Moura, Vice-Presidente no exercício da Presidência desta Corte (fls. 183/182).

Solicitadas informações, foram prestadas às fls. 288/190.

Instado a se manifestar, o Ministério Público Federal opinou pelo não conhecimento ou pelo improvimento do recurso, em parecer assim ementado (fl. 207):

RECURSO ORDINÁRIO EM *HABEAS CORPUS*. PROCESSO PENAL. RECURSO INTERPOSTO DIRETAMENTE NESSA CORTE SUPERIOR. INADMISSIBILIDADE. ATROPELAMENTO DAS REGRAS PROCESSUAIS. ESTUPRO DE VULNERÁVEL. PRISÃO PREVENTIVA DEVIDAMENTE FUNDAMENTADA. PRESENÇA DOS REQUISITOS DO ART. 312 DO CPP. PERIGOSIDADE SOCIAL EVIDENCIADA. GRAVIDADE DO *MODUS OPERANDI* EMPREGADO NA PRÁTICA ILÍCITA. RISCO DE REITERAÇÃO DELITIVA. AUSÊNCIA DE CONSTRANGIMENTO ILEGAL. PARECER PELO NÃO CONHECIMENTO OU PELO DESPROVIMENTO DO RECURSO.

Superior Tribunal de Justiça

Em consulta ao processo realizada pela internet em 2/10/2019, foi possível constatar que ainda não houve a prolação da sentença.

É o relatório.

Não há como seguir adiante com este *mandamus*, pois a instrução do feito está deficiente.

In casu, embora o Magistrado de piso, ao indeferir o pedido de revogação da prisão preventiva, tenha considerado que a medida extrema é necessária para *garantir a ordem pública, a instrução criminal e a segurança das testemunhas*, consignando que *desde decretação da prisão preventiva não houve nenhum fato novo capaz de deslegitimar a manutenção da segregação excepcional, nos termos do art. 316 do CPP* (fl. 78), constata-se que não há cópia nestes autos do decreto da prisão preventiva. E, como se sabe, cabe ao advogado o ônus processual de produzir elementos documentais consistentes, destinados a comprovar as alegações suscitadas na impetração e repisadas no recurso.

Afora isso, pelo que consta do acórdão recorrido, inexistente ilegalidade manifesta a ser sanada na espécie, uma vez que, ao que tudo indica, a custódia cautelar do paciente está alicerçada em fundamentação concreta, evidenciada pelas circunstâncias do fato, tendo sido destacado *que o paciente é vizinho das vítimas e de seus familiares, de modo que, em liberdade poderá interferir nas investigações e produção de provas, bem como facilitar a reiteração delitiva*. Motivos pelos quais, concluiu que *a cautela imposta ao paciente encontra-se exarada em observância aos requisitos da medida extrema (artigos 312 e 313 do CPP), e as circunstâncias fáticas recomendam a manutenção da custódia, sobretudo, para a garantia da ordem pública, haja a vista a gravidade do crime investigado* (fl. 168 - grifo nosso).

Pelo exposto, **não conheço** do presente feito.

Publique-se.

Superior Tribunal de Justiça

Brasília, 02 de outubro de 2019.

Ministro Sebastião Reis Júnior
Relator

